



**DECISÃO DO RECURSO PE Nº 90.0159/2024**

Processo Licitatório nº **22.857/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.159/2024**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO de EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E PRECISÃO, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Obras.

Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso I, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Pregoeiro desta Comissão Permanente de Pregão III, instituído pela Portaria nº 632, de 10 de março de 2025, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa **ZENITH EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS LTDA ME**, doravante denominada Recorrente, contra a habilitação da empresa **Embratop Geo Tecnologias Ltda**, denominada Recorrida, relativo ao Pregão Eletrônico nº 90.159/2024.

**I. DOS FATOS**

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **Embratop Geo Tecnologias Ltda**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



## **II. DO RECURSO**

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, o que segue:

Quanto a inadequação Técnica do Produto Ofertado, onde o equipamento ofertado (modelo Trion P1, marca FJD) não atende ao requisito técnico de “Precisão relativa de no máximo 2 cm”, exigido no Termo de Referência; a precisão informada pelo fabricante seria apenas experimental/laboratorial, sem comprovação de desempenho em campo (real), sob diferentes condições climáticas e ambientais; foi apontada a falta de impermeabilidade do equipamento, o que comprometeria seu desempenho em campo, diferentemente de marcas tradicionais como Leica, Trimble ou Topcon.

A proposta ofertada pela empresa Embratop Geo Tecnologias Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.497.158/0001-07, para o ITEM 21 ou o LOTE 4 deve ser desclassificada por INEXEQUIBILIDADE conforme Art. 59 da Lei nº14.133/2021

## **III. DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida, alega que não houve, no Termo de Referência ou Edital, exigência de comprovação de precisão em condições reais de campo, tampouco vedação à apresentação de especificações oriundas de testes laboratoriais. O fabricante do equipamento apresentou documentação técnica respaldando a precisão de 2 cm exigida, o que atende ao previsto no edital.



#### **IV. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO**

A questão em debate quanto a alegação de inexequibilidade da proposta vencedora, a Recorrente sustenta que os preços ofertados pela empresa vencedora seriam inexequíveis, com deságio de aproximadamente 80% em relação ao valor estimado no orçamento do edital.

Entretanto, conforme salientado nas contrarrazões, a mera diferença significativa entre o preço ofertado e o valor orçado não configura, por si só, inexequibilidade, nos termos do art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a Administração poderá, caso entenda necessário, instaurar diligência nos termos legais para averiguar a viabilidade do preço, o que se mostra mais adequado que a desclassificação sumária da proposta.

#### **V. DA ANÁLISE TÉCNICA**

Diante de todas as informações coligidas aos autos, em síntese vimos informar que, do ponto de vista técnico, a proposta da licitante vencedora atendeu aos requisitos previstos no Termo de Referência que instruiu o certame, uma vez que foi atendido o nível de precisão solicitado, sem destaque às metodologias de testes implementados para tanto, se em laboratório, em campo ou às condições ambientais dos referidos testes.

Em relação à inexequibilidade da proposta, salvo engano, a norma de referência fixa valores e parâmetros percentuais especificamente para obras e serviços de engenharia, tão somente, nos termos do art. 59, §§ 3º e 4º, não havendo tal delimitação legal para aquisição de bens e equipamentos, uma vez que para estes, acredita-se que o mens legis tenha se dedicado mais ao pleno atendimento das especificações técnicas definidas na fase de instrução processual e ao melhor interesse público, no atendimento daquelas especificações que de fato sejam úteis à Administração e estejam alinhadas com a melhor relação custo x benefício.



*Comissão Permanente de Pregão III*

## **VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Diante das considerações expostas, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **ZENITH EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS LTDA ME** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.159/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação da empresa **EMBRATOP GEO TECNOLOGIAS LTDA** no certame licitatório.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do artigo 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em pauta, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, previsto na lei.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>.

Nova Friburgo, 18 de junho de 2025.

**Fernanda Medeiros Rodrigues**

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036